

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em suas provas, caso haja item(s) que avalie(m) **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS GERAIS --

#### LÍNGUA PORTUGUESA

Creio que, em geral, deixando de lado a opinião dos especialistas, damos demasiada importância à opinião dos outros, tanto em assuntos cruciais quanto em assuntos de pequena monta. A regra básica é que uma pessoa deve respeitar a opinião pública apenas o suficiente para não morrer de fome nem ir para a cadeia. Tudo o que passar desse ponto significa submeter-se voluntariamente a uma tirania desnecessária, e, possivelmente, isso é o que acaba interferindo na própria felicidade.

Examinemos, por exemplo, a questão de como as pessoas gastam seu dinheiro. Elas o gastam naquilo que não satisfaz seus gostos pessoais, simplesmente porque acreditam que o respeito dos vizinhos depende de terem carro ou de abrirem suas residências para jantares. Na verdade, uma pessoa que possa claramente comprar um carro, mas que prefira gastar o dinheiro em viagens ou numa boa biblioteca, acabará sendo muito mais respeitada do que se houvesse feito exatamente como todas as outras. Não há sentido em zombar deliberadamente da opinião pública; isso é admitir seu domínio, ainda que às avessas. Mas ser autenticamente indiferente a ela é uma força e uma fonte de felicidade. E uma sociedade de homens e mulheres que não se submetem demasiadamente aos convencionalismos é mais interessante do que uma sociedade em que todos se comportam da mesma maneira.

Bertrand Russell. *A conquista da felicidade*. Tradução: Luiz Guerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017 (com adaptações).

A respeito das ideias e de aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens que se seguem.

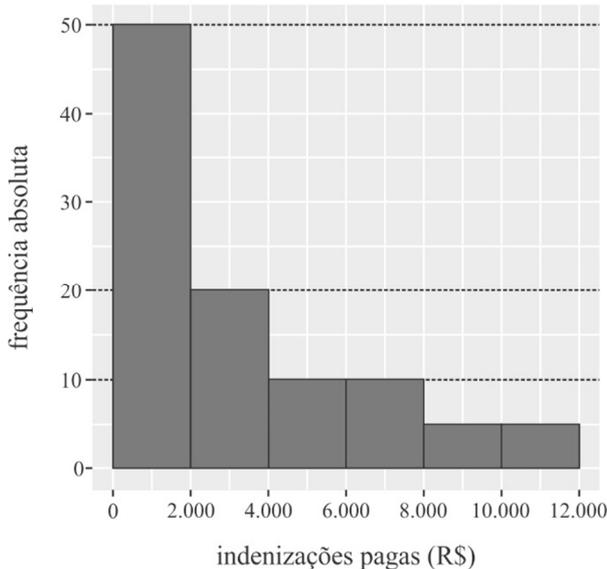
- 1 Comprar um carro que não satisfaça seu gosto pessoal e respeitar a opinião pública somente o suficiente para não passar fome são ações apresentadas no texto como exemplos de atitudes em que se dá excessiva importância à opinião alheia.
- 2 O autor do texto sugere que, para evitar a infelicidade, o indivíduo deve buscar a autenticidade, ou seja, deve opor-se à opinião pública.
- 3 No segundo período do segundo parágrafo, as formas “terem” e “abrirem” estão no plural porque concordam com o termo “vizinhos”.
- 4 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam mantidos caso o termo “dos”, em “respeito dos vizinhos” (segundo período do segundo parágrafo), fosse substituído por **aos**.
- 5 A vírgula logo após “desnecessária” (último período do primeiro parágrafo) separa orações com sujeitos distintos, podendo ser eliminada sem prejuízo da correção gramatical do texto, dado o caráter facultativo desse sinal de pontuação no contexto em questão.

- 6 No trecho “mais interessante do que uma sociedade” (último período do texto), o termo “do” poderia ser eliminado sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto.
- 7 Prejudicaria a correção gramatical do texto a inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a”, em “submeter-se voluntariamente a uma tirania desnecessária” (último período do primeiro parágrafo).
- 8 Uma das estratégias coesivas presentes no segundo parágrafo é o uso de sinônimos para evitar a repetição vocabular, como é o caso do emprego do termo “autenticamente” (penúltimo período), que possui no texto o mesmo sentido de “deliberadamente” (quarto período).
- 9 No penúltimo período do texto, o termo “ela” retoma a expressão “opinião pública”, mencionada no período anterior, e exerce a função sintática de sujeito da oração “é uma força e uma fonte de felicidade”.
- 10 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, o vocábulo “houvesse” (terceiro período do segundo parágrafo) poderia ser substituído por **tivesse**.

**Espaço livre**

**NOÇÕES DE LÓGICA E ESTATÍSTICA**

Para organizar relatórios estatísticos acerca do comportamento de sinistros de determinado ramo de seguros, um consultor analisou uma base de dados com os valores de 100 indenizações pagas por uma seguradora no último ano, cujo histograma é representado a seguir.



Considerando que, no histograma apresentado, os dados estão agrupados em intervalos de classe, julgue os itens que se seguem, a respeito da distribuição das indenizações pagas.

- 11 O desvio padrão amostral é inferior a R\$ 6.000.
- 12 O histograma apresenta uma distribuição com assimetria negativa, já que há maior concentração de valores à esquerda da mediana dessa distribuição.
- 13 A média amostral é igual a R\$ 3.300.
- 14 A mediana é igual a R\$ 6.000.
- 15 A moda da distribuição das indenizações pagas é superior a R\$ 6.000.

A partir do perfil de sinistros em determinado tipo de apólices de automóveis, um analista categorizou os eventos em: sinistro com culpa (*A*); sinistro sem culpa (*B*); e ausência de sinistro (*C*). Além disso, ele considerou a variável aleatória contínua *T*, que representa o tempo de habilitação do condutor (em anos), e definiu o evento tempo de habilitação inferior a 2 anos como *D*.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 16 Os eventos *A*, *B* e *C* são mutuamente independentes.
- 17 Suponha que a probabilidade de um condutor se envolver em sinistro com culpa seja  $P(A) = 0,2$  e que  $P(A|D) = 0,4$ . Nessa situação,  $P(A \cap D) = 0,2 \times P(D)$ .
- 18 A variável aleatória *T* pode ser caracterizada por uma função de distribuição de probabilidade  $P(T = t)$ , em que *t* denota um tempo de habilitação em anos.
- 19 Considere que  $P(A) = 0,2$ ,  $P(B) = 0,1$  e  $P(C) = 0,7$  e que  $P(D|A) = 0,3$ ,  $P(D|B) = 0,2$  e  $P(D|C) = 0,1$ . Com base nessas considerações, conclui-se que 15% dos condutores possuem tempo de habilitação inferior a 2 anos.
- 20 Para a variável aleatória *T*, se  $P(D) = P(T < 2) = 0,5$ , então  $P(T > 2) = 0,5$ .

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

Durante a análise de um processo de autorização de operação de uma nova sociedade seguradora, um analista técnico da SUSEP identificou que o ato de autorização fora praticado por autoridade competente, mas sem a devida motivação formal exigida pela norma interna, tendo sido o erro detectado antes de qualquer prejuízo a terceiros ou lesão ao interesse público.

A partir da situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

- 21 A administração é obrigada a anular o ato com vício formal, sendo vedada sua convalidação, segundo previsão da Lei n.º 9.784/1999.
- 22 De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, o vício identificado no ato poderá ser sanado pela própria administração, visto que não houve prejuízo a terceiros nem ao interesse público.

Em processo de fiscalização da SUSEP, identificou-se que determinada prática contratual adotada por uma seguradora, amplamente aceita pela administração à época, havia sido posteriormente considerada irregular com base em nova interpretação normativa. Mesmo diante da mudança de entendimento, decidiu-se aplicar retroativamente a nova orientação, com efeitos sancionatórios imediatos.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item que se segue, com base no disposto na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

- 23 É admissível que a administração pública declare a nulidade da situação jurídica constituída com base na nova orientação normativa, desde que fundada em interpretação jurisprudencial consolidada.

No curso de um processo fiscalizatório, a SUSEP constatou que determinada empresa estava oferecendo ao público produtos financeiros com características típicas de seguro, sem a devida autorização. Com base em sua competência regulatória, a autarquia determinou a imediata suspensão da atividade irregular e instaurou processo administrativo para apurar a infração.

Tendo como referência a situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir, acerca dos poderes da administração pública.

- 24 Ao apurar a infração cometida pela entidade supervisionada, a SUSEP exerce poder de polícia judiciária, com competência para investigar e instaurar inquérito sobre os delitos penais eventualmente praticados pela referida empresa.
- 25 A autoexecutoriedade do poder de polícia administrativa exercido pela SUSEP decorre de atribuição legal e autoriza a adoção direta de medidas cautelares previstas na regulamentação setorial, sem necessidade de intervenção judicial.

**Espaço livre**

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

Julgue os itens a seguir, relativos a aplicabilidade das normas constitucionais, organização político-administrativa do Estado e direitos sociais, de acordo com o texto constitucional e a jurisprudência do STF.

- 26** A exigência municipal de contratação obrigatória de seguro por estabelecimentos comerciais insere-se no âmbito do interesse local, sendo válida em decorrência da autonomia municipal constitucionalmente prevista.
- 27** Somente aos trabalhadores com vínculo empregatício formal é assegurado o direito de participar de eleições sindicais e integrar diretoria de sindicato, sendo essa prerrogativa vedada também aos aposentados.
- 28** O direito ao exercício profissional consubstancia norma de eficácia contida, cujo núcleo essencial é imediatamente aplicável, admitindo-se, contudo, restrições legais supervenientes, desde que compatíveis com a razoabilidade, a proporcionalidade e os fins constitucionais expressos.
- 29** A ausência de norma regulamentadora que viabilize a implementação de uma diretriz programática constitucional configura omissão legislativa politicamente relevante, mas não enseja violação de direito subjetivo nem legitima o uso de remédio constitucional, por inexistência de eficácia jurídica autônoma dessas normas.
- 30** A edição de normas gerais sobre política de seguros é de competência legislativa privativa da União, podendo, contudo, lei complementar autorizar os estados a legislar sobre aspectos específicos da matéria.

**MERCADO DE SEGUROS,  
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA,  
CAPITALIZAÇÃO E RESSEGUROS**

Julgue os seguintes itens, relacionados a capitalização e proteção patrimonial mutualista.

- 31** A administradora de operações de proteção patrimonial mutualista pode contratar seguro ou resseguro para a proteção dos riscos dessas operações e dos seus próprios riscos.
- 32** O título de capitalização é indivisível em relação à sociedade de capitalização e pode ser pago tanto em moeda corrente nacional quanto em moeda estrangeira.
- 33** O patrimônio de cada grupo de proteção patrimonial mutualista não integra o patrimônio de seus participantes, da associação de que esses participantes sejam membros ou da administradora.
- 34** A modalidade incentivo dos títulos de capitalização tem por objetivo propiciar a capitalização da contribuição e a participação do titular em sorteios, sem que haja devolução integral do valor pago.
- 35** O rateio mutualista de despesas é o regime por meio do qual as despesas para cobertura dos eventos ocorridos em um grupo de proteção patrimonial mutualista, em período predeterminado, são repartidas mutuamente entre os participantes do grupo de acordo com o previsto em contrato de participação por adesão.

Com base na legislação pertinente a mercado de seguros, julgue os itens a seguir.

- 36** As entidades beneficentes de assistência social certificadas têm autorização para arrecadar recursos por meio de títulos de capitalização.
- 37** As instituições autorizadas a operar nos mercados de proteção patrimonial mutualista integram o Sistema Nacional de Seguros Privados.
- 38** A SUSEP não integra o Sistema Nacional de Capitalização.
- 39** A pessoa física que infringir as normas aplicáveis às atividades de seguro, cosseguro, proteção patrimonial mutualista, resseguro, retrocessão e capitalização poderá sofrer pena de inabilitação de no máximo 15 anos para o exercício de cargo ou função no serviço público ou em empresas públicas, sociedades de economia mista e respectivas subsidiárias, entidades de previdência complementar, sociedades de capitalização, instituições financeiras, sociedades seguradoras, sociedades cooperativas de seguros, administradoras de operações de proteção patrimonial mutualista e resseguradoras.
- 40** Pelo contrato de seguro, a seguradora obriga-se, mediante o pagamento do prêmio equivalente, a garantir interesse legítimo do segurado ou do beneficiário contra riscos indeterminados.
- 41** O compartilhamento voluntário de dados e de informações com a SUSEP que as sociedades cooperativas de seguros obtiverem no desempenho de suas atividades não constitui violação do dever de sigilo.

Acerca de seguro, cosseguro e resseguro, julgue os itens que se seguem.

- 42** O segurado que culposamente descumprir o dever de comunicar à seguradora relevante agravamento do risco tão logo dele tome conhecimento fica obrigado a pagar a diferença de prêmio apurada ou, se a garantia for tecnicamente impossível ou o fato corresponder a um tipo de risco que não seja normalmente subscrito pela seguradora, não fará jus à garantia.
- 43** Nos seguros cumulativos de dano, não há necessidade de o segurado comunicar a cada uma das seguradoras a existência dos contratos com as demais.
- 44** Resseguro ocorre quando duas ou mais seguradoras, por acordo expresso entre si e o segurado ou o estipulante, garantem o mesmo interesse contra o mesmo risco, ao mesmo tempo, cada uma delas assumindo uma cota de garantia.
- 45** São obrigatórios os seguros de incêndio e transporte de bens pertencentes a pessoas jurídicas situados no país ou nele transportados; contudo, tal obrigatoriedade não se aplica à União.

No que se refere à previdência complementar aberta e aos planos com cobertura por sobrevivência, julgue os itens subsequentes.

- 46** É possível a portabilidade dos recursos acumulados de um plano VGBL para um plano PGBL, ou vice-versa.
- 47** As entidades abertas de previdência complementar podem realizar contratação de plano coletivo com pessoa jurídica cujo objetivo principal seja estipular, em nome de terceiros, planos de benefícios coletivos.
- 48** Nos planos de benefícios de entidades abertas, a portabilidade não caracteriza resgate.
- 49** PGBL é um plano de previdência complementar, ao passo que VGBL é classificado como seguro de pessoa.
- 50** No plano VGBL, é garantida rentabilidade mínima, previamente acertada na contratação, durante a fase de acumulação dos recursos (período de diferimento).

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****CONTABILIDADE GERAL**

Acerca das formalidades essenciais da escrituração, julgue os seguintes itens.

- 51** Ao identificar um erro, ainda que este possa ser corrigido por meio de lançamento de retificação extemporâneo, o contador deve substituir a escrituração contábil em forma digital, mesmo que esta já tenha sido autenticada pelo Sistema Público de Escrituração Digital.
- 52** Os livros contábeis obrigatórios, ainda que apresentados em formato digital, devem ser mantidos pela empresa impressos e encadernados em forma de livro.
- 53** Nos termos da Lei n.º 10.406/2002, o pequeno empresário é dispensado da obrigatoriedade de seguir um sistema de contabilidade e de levantar anualmente o balanço patrimonial e a demonstração do resultado econômico.
- 54** A escrituração contábil pode ser realizada em qualquer idioma, desde que a moeda utilizada seja a moeda corrente nacional.

Com base no plano de contas e nos procedimentos de escrituração contábil, julgue os itens a seguir.

- 55** O lançamento contábil deve ter como origem um único fato contábil e pode ser composto por um ou mais registros a débito e um ou mais registros a crédito, desde que a soma dos débitos seja igual à soma dos créditos.
- 56** As contas do ativo, por sua natureza, apresentam saldo devedor; as contas de resultado, por sua vez, podem apresentar saldo credor ou devedor.
- 57** As contas redutoras apresentam natureza diversa das demais contas do grupo em que estão classificadas.
- 58** Os direitos referentes a bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da empresa são classificados no ativo imobilizado.
- 59** As contas de receitas e despesas são classificadas como contas de resultado, assim como a conta de lucros acumulados.

	31/12/X4	31/12/X5
<b>ativo circulante</b>	R\$ 100.000	R\$ 120.000
<b>ativo não circulante</b>	R\$ 600.000	R\$ 580.000
<b>passivo circulante</b>	R\$ 100.000	R\$ 120.000
<b>passivo não circulante</b>	R\$ 350.000	R\$ 330.000
<b>patrimônio líquido</b>	R\$ 250.000	R\$ 250.000

Considerando os dados precedentes, relativos aos balanços patrimoniais encerrados em 31/12/X4 e 31/12/X5 de certa empresa e sabendo que os estoques dessa empresa somavam R\$ 50.000 e R\$ 60.000, em 31/12/X4 e 31/12/X5, respectivamente, julgue os itens subsecutivos.

- 60** Pela análise horizontal das contas do ativo, é possível observar que, em X4, o ativo não circulante representava mais de 85% do total do ativo.
- 61** O índice de liquidez seca manteve-se constante nos períodos mencionados.
- 62** O endividamento e o perfil da dívida dessa empresa não se alteraram em X5 em comparação a X4.

Julgue os itens a seguir, à luz do Pronunciamento Técnico 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- 63** A demonstração dos fluxos de caixa, elaborada pelo regime de competência, apresenta informações que permitem ao usuário avaliar tanto a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa quanto as necessidades da entidade para utilizar esses fluxos de caixa.
- 64** Quando a entidade tiver histórico de operações lucrativas e pronto acesso a recursos financeiros, a administração dessa entidade pode concluir pela adequação do pressuposto da continuidade sem uma análise pormenorizada.
- 65** Eventual distribuição da riqueza obtida pela entidade aos proprietários pode ser observada na demonstração do resultado do exercício.
- 66** As notas explicativas devem prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

Com base nas normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo CPC, especialmente quanto ao reconhecimento, classificação, mensuração, avaliação e apresentação dos elementos das demonstrações contábeis, julgue os seguintes itens.

- 67** No reconhecimento inicial, a entidade deve mensurar contas a receber de clientes pelo valor justo, mesmo quando elas não contiverem componente de financiamento significativo.
- 68** Eventuais adiantamentos de clientes devem ser classificados no ativo circulante da entidade.
- 69** Integram os equivalentes de caixa todas as aplicações financeiras classificadas como ativo circulante.
- 70** O ativo deve ser classificado como circulante quando a intenção da entidade é negociá-lo.

**Espaço livre**

**CONTABILIDADE PÚBLICA**

Julgue os itens seguintes, relativos ao Sistema de Contabilidade Federal.

- 71** Na organização do Sistema de Contabilidade Federal, os órgãos setoriais ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do referido sistema.
- 72** É de competência do órgão central desse sistema promover a conciliação da Conta Única do Tesouro Nacional com as disponibilidades no Banco Central do Brasil.

A conclusão do processo licitatório para a contratação de serviços de manutenção de equipamentos em determinado órgão público ocorreu no mês de fevereiro, o empenho da despesa no mês de março, a entrega do serviço e a liquidação da despesa no mês de abril e o pagamento junto ao fornecedor no mês de maio.

Considerando a situação hipotética precedente e a realização da variação patrimonial e apuração do resultado patrimonial no setor público, julgue os itens que se seguem.

- 73** Como a transação não envolve nem a entrada e nem a saída de bens, a apuração do resultado patrimonial do exercício não será afetada.
- 74** A realização da variação patrimonial diminutiva se dará concomitantemente com o empenho da despesa, no mês de março.

Julgue os itens a seguir, relativos ao processo de mensuração das provisões e passivos contingentes do setor público.

- 75** Quando não for possível estimar confiavelmente um passivo contingente, ele deve ser divulgado como provisão.
- 76** Quando o efeito do tempo no dinheiro for material, o valor da provisão deve ser estimado ponderando-se todos os possíveis resultados.

Julgue os seguintes itens, relacionados ao sistema de custos no âmbito do setor público.

- 77** Perdas por redução a valor recuperável ou por catástrofes não devem ser consideradas custos.
- 78** O profissional contábil é a pessoa responsável por definir e estruturar os centros de responsabilidade de custos.
- 79** O custo do período deve ser apurado pelo regime de competência, independentemente da execução orçamentária.

Em relação à estrutura do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) e a sua lógica de funcionamento, julgue os itens a seguir.

- 80** As contas de natureza orçamentária (classes 5 e 6) não podem ter como contrapartida as contas de natureza de informação de controle (classes 7 e 8).
- 81** A execução das deduções de receitas é realizada em contas da classe 6.
- 82** Os entes da Federação podem detalhar as contas contábeis em qualquer nível da relação de contas do PCASP.

As seguintes transações ocorreram em determinada entidade do setor público em um exercício financeiro já encerrado:

- aprovação da lei orçamentária anual no valor de \$ 800, tanto para a receita orçamentária como para a despesa orçamentária;
- lançamento de impostos no valor de \$ 600, tendo sido arrecadados \$ 500 desse valor;
- empenho, liquidação e pagamento de despesa de pessoal no valor de \$ 400;
- recebimento de imóvel em doação no valor de \$ 300;
- empenho e liquidação de veículo no valor de \$ 200, metade paga à vista e metade inscrita em restos a pagar.

Tendo como base a situação hipotética apresentada e a estrutura e fechamento das demonstrações contábeis do setor público, julgue os itens que se seguem.

- 83** O resultado financeiro do exercício apurado no balanço financeiro foi nulo.
- 84** O resultado patrimonial do exercício apurado na demonstração das variações patrimoniais foi superavitário em \$ 500.
- 85** O resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário foi deficitário em \$ 200.

Julgue os próximos itens, no que se refere ao reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos do setor público.

- 86** O valor justo da propriedade para investimento deve refletir os investimentos futuros de capital fixo que melhorem ou aumentem a propriedade e os benefícios futuros relacionados a esses gastos.
- 87** A reavaliação de um ativo pode ser realizada por meio de relatório de avaliação realizado por uma comissão de servidores.
- 88** No caso de estoques distribuídos, o valor contábil desses itens deve ser reconhecido como variação patrimonial aumentativa.

No que concerne à relação entre regime orçamentário e regime contábil no setor público, julgue os itens subsequentes.

- 89** No regime contábil, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa em função do fato gerador.
- 90** No regime orçamentário, pertence ao exercício a despesa nele liquidada.

**Espaço livre**

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Acerca do papel do Estado nas finanças públicas, das formas de intervenção governamental na economia e das funções do orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 91** O orçamento público possui função apenas fiscal e contábil, sendo sua função econômica limitada no contexto do regime democrático.
- 92** A função distributiva do orçamento visa à redistribuição de renda e à redução das desigualdades sociais, sendo expressa em políticas como transferências de renda e subsídios sociais.

A respeito do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

- 93** Segundo o princípio da universalidade, todas as receitas e despesas devem constar da lei orçamentária anual, inclusive as operações extraorçamentárias, como cauções e fianças.
- 94** O orçamento de base zero baseia-se na ideia de que cada despesa deve ser justificada a partir de fundamentos e critérios de mérito, sem que sejam considerados os históricos de gastos dos exercícios anteriores.
- 95** O orçamento-programa, ao incorporar objetivos, metas e indicadores de desempenho, elimina a rigidez do orçamento tradicional, dispensando a vinculação legal entre planos e leis orçamentárias.

Julgue os seguintes itens, relativos ao sistema de planejamento e orçamento público federal no Brasil, considerados o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei orçamentária anual (LOA).

- 96** Os programas temáticos que integram o PPA devem ser estruturados com base em elementos técnicos mínimos, tais como a definição de objetivos estratégicos, metas mensuráveis, indicadores de desempenho, identificação do público-alvo, delimitação territorial das ações e indicação das unidades administrativas responsáveis por sua execução.
- 97** A LDO pode autorizar, diretamente, a contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que compatível com os limites de endividamento fixados pelo Senado Federal.
- 98** O sistema de planejamento e orçamento federal é composto por instrumentos vinculativos que devem obedecer a uma lógica hierarquizada, em que o PPA condiciona a LDO e esta, por sua vez, orienta a elaboração da LOA.

Julgue os itens seguintes, em relação à estrutura programática e aos créditos orçamentários.

- 99** A classificação funcional-programática da despesa pública permite a identificação do programa ao qual a ação orçamentária está vinculada, compondo um eixo de integração entre a classificação funcional e a estrutura programática do orçamento.
- 100** Crédito extraordinário destina-se ao atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, sendo autorizado por lei ordinária e sujeito à limitação de empenho.
- 101** Por não envolverem contraprestação direta, as ações orçamentárias do tipo operação especial não integram os programas da estrutura programática.

Julgue os itens a seguir, relativos à receita pública no âmbito da administração financeira e orçamentária.

- 102** A receita de capital não se caracteriza pela elevação do patrimônio líquido, podendo decorrer de alienação de bens e amortização de empréstimos.
- 103** A dívida ativa não pode ser objeto de parcelamento ou remissão, visto que, uma vez inscrita, constitui obrigação certa e irrecorrível.
- 104** A receita pública resulta do ingresso definitivo de recursos nos cofres públicos que aumenta o patrimônio público, independentemente de previsão na lei orçamentária.

Acerca das despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

- 105** Os restos a pagar não processados consistem em despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até 31 de dezembro do exercício fiscal.
- 106** A despesa pública é classificada como corrente ou de capital, sendo as despesas com amortização da dívida pública integrantes do grupo de despesas correntes.

Julgue os próximos itens, com base nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- 107** Os relatórios resumidos de execução orçamentária e de gestão fiscal são instrumentos obrigatórios para o exercício do controle e da transparência da administração pública.
- 108** A dívida consolidada ou fundada corresponde ao total de obrigações assumidas por ente da Federação, para amortização em prazo superior a doze meses.

Julgue os itens seguintes, a respeito de licitações e contratos.

- 109** O edital de licitação deve conter, obrigatoriamente, cláusulas que assegurem o cumprimento das normas relativas à saúde e segurança do trabalho e à proteção ambiental.
- 110** O contrato administrativo pode ser alterado unilateralmente pela administração para melhor adequação técnica ao seu objeto, desde que haja justificativa e preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

**CONTROLE E GESTÃO PÚBLICA**

No que se refere ao controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 111** O controle interno da administração pública é exercido por órgãos externos e independentes, como os tribunais de contas, com o objetivo de assegurar a probidade na gestão dos recursos públicos.
- 112** Os sistemas de controle interno de cada Poder da União (Executivo, Legislativo e Judiciário) são uniformes e seguem as mesmas diretrizes estabelecidas por um órgão centralizador para garantir a padronização dos procedimentos de fiscalização.
- 113** O controle da administração pública, em sua essência, visa garantir a conformidade dos atos administrativos com os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, para a proteção do interesse público e dos direitos dos cidadãos.

Julgue os itens seguintes, relativos ao controle parlamentar.

- 114** Os tribunais de contas podem realizar auditorias e inspeções nos órgãos públicos para verificar a legalidade e a economicidade da gestão dos recursos públicos.
- 115** O controle político tem caráter vinculante sobre o Poder Executivo, podendo obrigá-lo a adotar providências específicas sob pena de sanções legais.
- 116** Uma das funções do controle parlamentar é acompanhar a execução orçamentária e financeira do governo.

Acerca dos sistemas de controle jurisdicional da administração pública e do controle da atividade financeira do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 117** O controle da atividade financeira do Estado abrange a fiscalização da arrecadação de receitas, da execução de despesas, da gestão do patrimônio público e da dívida pública.
- 118** O Poder Judiciário pode atuar para garantir a legalidade e a constitucionalidade dos atos financeiros, exceto quando há lesão ou ameaça a direito.
- 119** Decisões do tribunal de contas podem ser objeto de controle jurisdicional, mediante questionamento por particulares ou órgãos públicos perante o Poder Judiciário.
- 120** O controle jurisdicional da administração pública no Brasil limita-se às questões de legalidade, sendo proibida ao Judiciário a revisão de atos administrativos discricionários ou de mérito.

Julgue os itens subsequentes, relativos a transparência e *accountability*.

- 121** A implementação de mecanismos de transparência e *accountability* é fundamental para o fortalecimento da democracia, visto que promove maior controle social sobre os atos do poder público.
- 122** A existência de canais de ouvidoria e a realização de consultas públicas são mecanismos que contribuem para a *accountability* horizontal, fortalecendo a relação entre o Estado e a sociedade civil.

Considerando as disposições da Lei de Acesso à Informação (LAI) e suas alterações, julgue os próximos itens.

- 123** Os documentos preparatórios utilizados como fundamento de tomada de decisão administrativa são considerados, durante a fase de instrução do processo, informações de acesso restrito.
- 124** Tem caráter absoluto e permanente a restrição de acesso a informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, sendo vetada a possibilidade da divulgação dessas informações em qualquer circunstância.

Em relação aos conselhos de usuários de serviços públicos e aos processos participativos de gestão pública, julgue os itens subsequentes.

- 125** Conselhos de gestão têm poder decisório vinculante sobre recursos, ao passo que as deliberações sobre orçamento participativo são meramente consultivas.
- 126** A composição dos referidos conselhos é fundamentada na representatividade e na pluralidade dos usuários dos serviços, visando garantir a diversidade de opiniões e experiências.
- 127** A participação popular no controle da administração pública manifesta-se, entre outras formas, por meio de ouvidorias, conselhos gestores e ações populares.
- 128** Conforme disposto na Lei n.º 13.460/2017, a natureza dos conselhos de usuários é deliberativa, sendo vinculantes suas decisões para os órgãos e entidades da administração pública.

Com base nas disposições da Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas alterações, julgue os itens seguintes.

- 129** Para o tratamento de dados pessoais sensíveis é prevista a mesma amplitude de bases legais aplicáveis aos dados pessoais comuns.
- 130** Considera-se dado pessoal toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

**Espaço livre**